

## OS ECONOMISTAS NO GOVERNO

Maria Rita Loureiro

Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1977

Entre 1930 e 1964 um tipo especial de economistas emergiu como parte das elites dirigentes no Brasil. O livro de Maria Rita Loureiro conta esta história, mostra como agem e como são recrutados estes personagens e destaca a especificidade latino-americana deste processo.

A formação de economistas no Brasil pode ser dividida em três períodos. Antes de 1945 inexistiam cursos de economia com *status* universitário; os formados nos cursos de comércio e de ciências contábeis eram originários da pequena classe média em busca de ascensão social, geralmente frustrada. Os “economistas” da época, ao contrário, eram membros das elites que assumiam postos de comando por sua inserção social e política, não por seu diploma universitário. Eram autodidatas, geralmente formados em Direito (Ignacio Rangel, Octavio Gouveia de Bulhões, Rômulo de Almeida) ou Engenharia (Roberto Simonsen, Eugênio Gudín, Lucas Lopes, Glycon de Paiva).

Para estes personagens a verdadeira escola de economia eram as agências públicas de formulação de política econômica para as quais eram nomeados. Tais organismos constituíam-se em espaço privilegiado de discussão e transmissão de conhecimentos econômicos entre altos funcionários e suas equipes. Podemos aí listar o DASP e os conselhos técnicos criados por Getulio Vargas (Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Comissão de Mobilização Econômica etc.).

O marco divisório entre esta primeira etapa e a seguinte é a fundação das Faculdades de Economia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e da USP. Nessas duas escolas deveria ocorrer a formação intelectual da elite em economia. Este projeto, porém, foi em grande parte frustrado, por incapacidade das duas escolas oferecerem o ensino da qualidade desejada e, ao mesmo tempo, atraírem os alunos com a necessária inserção social. Os economistas profissionais de destaque continuaram a obter sua formação na vida profissional, em agências públicas como a SUMOC, o BNDE, alguns departamentos do Banco do Brasil, os grupos executivos de JK.

Dois traços, porém, permitem diferenciar esta fase da anterior: o aparecimento de alguns economistas oriundos das duas grandes escolas, com uma for-

mação acadêmica razoável (Isaac Kerstenetzky, Paulo Lira, Julien Chacel, Anibal Villela) e sua mescla com aqueles que estudaram economia no exterior (Roberto Campos, Dênio Nogueira, Celso Furtado, Garrido Torres, Ernane Galvêas). O *locus* por excelência do encontro destes dois grupos foi a Fundação Getúlio Vargas, primeiro organismo de pesquisa econômica criado no país. Estes profissionais, em maior número e com uma formação técnica muito mais completa do que os anteriores, ocuparam cargos públicos de destaque e delimitaram o que viria a ser o campo de atuação exclusiva do economista no Brasil.

O marco divisório entre a segunda e a terceira etapas é o investimento em pós-graduação, seja no envio maciço de estudantes ao exterior ou na criação de cursos de mestrado e doutorado em Economia no Brasil, o que contou com o apoio de entidades como a USAID e a Fundação Ford. Com isto criou-se um distanciamento técnico definitivo entre o especialista em economia e o autodidata ou mesmo o contador/administrador, permitindo a apropriação monopolista de cargos na máquina estatal em expansão.

Como resultado desta história encontramos atualmente dois tipos de carreira para o economista que atua como dirigente no setor público: o economista-dirigente político e o funcionário-economista.

Os economistas-dirigentes políticos são os acadêmicos de sucesso nas melhores universidades, que se fazem conhecidos tanto através da imprensa como de consultoria e de participação em fóruns empresariais. A formação escolar pode ser feita no Brasil (Simonsen, Delfim) ou no exterior (Malan, Bacha, Gustavo Franco, Chico Lopes). Estes economistas vão para o governo a partir de uma relação especial que mantêm com o presidente de República ou algum superministro e freqüentemente entram em choque com os demais atores políticos.

Já os funcionários-economistas são funcionários de carreira, geralmente concursados. Os mais antigos geralmente eram de origem social modesta, começaram ocupando cargos de pouca importância e cursaram faculdades de pequeno prestígio, por vezes noturnas; o caso mais conhecido é Mailson da Nóbrega. Os mais novos geralmente têm uma boa formação escolar e entram no serviço público diretamente em cargos de média importância, como Gustavo Loyola. Em ambos os casos a ascensão se dá graças aos vínculos de trabalho e lealdade com os membros da elite, muitas vezes como assessores de economistas-dirigentes políticos, aos quais podem acabar substituindo em momentos de crise nos quais seja mais importante a atuação transparente do que a genialidade.

Depois de saírem dos cargos mais elevados, os economistas raramente retornam a suas instituições de origem, dirigindo-se ao setor privado. Ainda que o prestígio acadêmico e a visibilidade através da imprensa sejam importantes para o sucesso na nova atividade, provavelmente o fator mais significativo será seu círculo de relações dentro da máquina governamental. Mesmo que sua gestão tenha sido considerada um fracasso, estes profissionais são valorizados pelo menos nos primeiros tempos, enquanto é elevado seu poder de traficar influência, por continuarem nos cargos mais importantes as mesmas pessoas que conheceram.

Os economistas chegam aos círculos mais altos do poder e nele se mantêm não por mandato popular, mas por competência técnica, isto é, pela sua capacidade de traduzir conflitos políticos em questões econômicas, passíveis de soluções igualmente econômicas, que se espera gerem dividendos políticos favoráveis. Por isso os economistas têm um mandato relativamente autônomo, função de sua capacidade de arregimentar apoio ao Executivo.

A autonomia das equipes econômicas brasileiras se repete em outros países da América Latina. Mas este fenômeno não é encontrado nos países de democracia estável do hemisfério norte, onde a influência dos economistas sobre a gestão econômica está limitada por regras que os restringem à função de assessores dos verdadeiros decisores, os políticos e/ou os partidos. Quase todos os problemas se resolvem a partir de uma discussão geral envolvendo o Legislativo e o Judiciário.

Aparentemente a consolidação democrática implica a construção deste corpo de regras que delimitem quais são as poucas questões que podem ser decididas em pequenos círculos de especialistas (os “assuntos de guerra”), bem como dos mecanismos de prestação de contas. Ou seja, talvez mais democracia implique menos poder para os economistas. E o livro de Maria Rita Loureiro fornece fartos subsídios para esta discussão.

*Fabio Sá Earp*

Instituto de Economia/UFRJ